



UMA (AUTO)ETNOGRAFIA INTERSECCIONAL SOBRE O PRIVILÉGIO DA BRANQUITUDE NA ACADEMIA CONTÁBIL

AN INTERSECTIONAL (AUTO)ETHNOGRAPHY ABOUT THE PRIVILEGE OF WHITENESS IN ACCOUNTING ACADEMIA

JANAÍNA RUTE DA SILVA CAETANO DOURADO

Doutora em Administração - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4495-8483>

E-mail: janainarscdourado@usp.br

SILVIA PEREIRA DE CASTRO CASA NOVA

Doutora em Controladoria e Contabilidade – Universidade de São Paulo (USP)

Universidade de São Paulo (USP)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1897-4359>

E-mail: silvianova@usp.br

Submissão: 08/09/2023. Revisão: 07/01/2024. Aceite: 04/04/2024. Publicação: 11/04/2024.

Como citar: Dourado, J. R. S. C., Casa Nova, S. P. C. Uma (auto)etnografia interseccional sobre o privilégio da branquitude na academia contábil. *RGO - Revista Gestão Organizacional*, 17(1), 48-73. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7798>.

RESUMO

Objetivo: Compreender, a partir de uma (auto)etnografia, as experiências, ausências, presenças e permanências, silenciamentos e vozes no ambiente acadêmico, pelo estudo de atravessamentos de raça, gênero e classe social, adotando uma perspectiva interseccional e refletindo sobre o privilégio da branquitude na academia contábil.

Método/abordagem: Com abordagem qualitativa, o estudo reflete o contexto do ambiente da educação contábil no Brasil. Considera os atravessamentos de raça, gênero e classe social da primeira autora, em uma interlocução com a segunda autora. A partir da teoria interseccional, os relatos são entrelaçados pela classe social, pois esse é o marcador social em comum entre a primeira autora e as demais pessoas que tiveram suas trajetórias representadas. Vale ressaltar que os relatos foram realizados partindo do ponto de vista da primeira autora.

Principais Resultados: Os principais achados estão relacionados com a compreensão de como atravessamentos e a reflexão sobre o privilégio da branquitude podem colaborar com a permanência e com o ecoar das vozes de pessoas negras no ambiente acadêmico em contabilidade.

Contribuições teóricas/práticas/sociais: Uma das contribuições é o registro de como o privilégio da branquitude possibilitou que a primeira autora desta (auto)etnografia ocupasse algumas posições que naturalmente pessoas negras teriam maior dificuldade para alcançar, quando conseguem. Assim, houve uma reflexão sobre como esse privilégio pode ser acionado para quebrar, talvez, o pacto narcísico da branquitude e contribuir para a possibilidade de permanência das pessoas negras no ambiente acadêmico.

Originalidade/relevância: A originalidade desta pesquisa está em questionar os privilégios da branquitude e em refletir como pessoas brancas, de grupos hegemônicos, podem colaborar para a permanência e para que mais vozes possam ecoar no ambiente acadêmico contábil. A relevância se relaciona ao fato de não encontrarmos estudos em contabilidade no Brasil que tratem da questão de classe social, questão-chave em um país que está entre os mais desiguais do mundo, alinhada com reflexões sobre a branquitude.

Palavras-chave: (Auto)etnografia. Silenciamentos. Atravessamentos. Branquitude. Permanências.

ABSTRACT

Objective: To understand, from an (auto)ethnography, the experiences, absences, presences and permanences, silences and voices in the academic environment, by studying the intersections of race, gender, and social class, reflecting more specifically on the privilege of whiteness in the accounting academia.

Method/approach: With a qualitative approach, the study reflects the context of accounting education. It considers the intersections of race, gender, and social class of the first author, in an interlocution with the second author. Based on intersectional theory, the stories are interwoven by social class, as this is the social marker in common between the first author and the other people who have had their trajectories crossed. It is worth noting that the stories were written from the first author's point of view.

Main results: The main findings are related to the understanding of how crossings and reflections on the privilege of whiteness can contribute to the permanence and echoing of the voices of black people in the academic accounting environment.

Theoretical/practical/social contributions: One of the contributions is the questioning of how the privilege of whiteness made it possible for the first author of this (auto)ethnography to occupy some positions that black people would naturally find more difficult to attain, when they manage to do so. Thus, there was a reflection on how this privilege can be used to perhaps break the narcissistic pact of whiteness and contribute to the possibility of black people remaining in the academic environment.

Originality/relevance: The originality of this research lies in questioning the privileges of whiteness and reflecting on how white people from hegemonic groups can collaborate to ensure that more voices echo in the academic accounting environment. The relevance is related to the fact that we haven't found any accounting studies in Brazil that deal with the issue of social class, a key issue in a country that is among the most unequal in the world, in line with reflections on whiteness.

Keywords: (Auto)ethnography. Silencing. Crossings. Whiteness. Permanences.

1 INTRODUÇÃO

(...) A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome (...) (Evaristo, 2017, p. 24-25).

Este trabalho tem o propósito de apresentar uma (auto)etnografia, ou seja, é uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender e registrar as experiências, ausências, permanências, silenciamentos e vozes no ambiente acadêmico em contabilidade no Brasil, adotando a interseccionalidade como lente teórica e refletindo sobre o privilégio da branquitude. Para isso, ele se organiza em torno das trajetórias percorridas pela primeira autora, em que reflete sobre como pode ter colaborado com a permanência das pessoas no ambiente acadêmico, assim como registra a disponibilidade em continuar contribuindo e aprendendo a construir um ambiente mais acolhedor. O processo de reflexão sobre essas trajetórias foi feito em interlocução com a segunda autora, no período em que atuou como supervisora de pós-doutorado da primeira autora. Assim, essa pesquisa nasce igualmente de um atravessamento de trajetórias.

No campo de estudo da contabilidade, ou mesmo na área profissional contábil, é comum encontrar pesquisas e atividades vinculadas a metodologias quantitativas, que estão relacionadas à estrutura e análise das demonstrações contábeis, ou mesmo acerca do mercado financeiro ou de áreas tributárias. Entretanto, o desafio desta pesquisa é percorrer um caminho (auto)etnográfico no registro de trajetórias no ambiente da contabilidade, o que nos traz o desafio de tentar avançar nesta trilha.

Vale ressaltar que quando apresentamos uma proposta de pesquisa para a área de negócios, normalmente essa proposta é associada com uma abordagem de pesquisa quantitativa. Assim, é importante apresentar as considerações e contextos com termos que possam alinhar esta (auto)etnografia. Por isso, o excerto da obra de Conceição Evaristo (2017) é adotado como uma epígrafe para esse texto, pois trata de um momento que se apresentou no decorrer das trajetórias retratadas na pesquisa e aqui registradas, uma insurgência. A pergunta de pesquisa que direcionou o estudo foi: Como os atravessamentos de trajetórias podem moldar as experiências, ausências, permanências, silenciamentos e vozes no ambiente acadêmico em contabilidade no Brasil, tendo em vista as possibilidades interpretativas trazidas pela interseccionalidade?

Portanto, com a interseccionalidade como uma lente teórico-metodológica e a partir do relato e das relações construídas a partir da presença da primeira autora em alguns espaços, é que nesta (auto)etnografia são trazidas e estudadas experiências no campo acadêmico. Segundo Akotirene (2018), a interseccionalidade, enquanto ferramenta teórica e metodológica, nos permite enxergar a colisão das estruturas de classe, gênero e raça. Nesta interação, apresentam-se as avenidas identitárias, que levam aos atravessamentos, pois não é possível desconectar tais estruturas. Assim, ainda de acordo com Akotirene (2018), essas são consideradas encruzilhadas metodológicas.

As estruturas de classe, raça e gênero perpassam pela nossa existência como os próprios atravessamentos, como situações diárias, que inúmeras vezes não somos capazes de compreender e decodificar para que seja possível construir uma saída, ou uma forma de superar essa situação. Dessa forma o atravessamento, segundo o dicionário Houaiss (2001), trata de

a) Atravessamento: Ato ou efeito de atravessar, travessia, traspasso. b) Atravessar: 1. Dispor(-se) transversalmente a (algo); posicionar (-se) no sentido da largura de (algo); 2. ir ou passar para outro lado de (algo), por cima ou através de; (...) 4. Penetrar, perfurar; 5. Durar, prolongar-se; 6. Passar, sofrer, vivenciar, experimentar.

Ou seja, o sentido de atravessamento não está relacionado, necessariamente, ou tem o sentido de caminhar de um lado para outro, ou percorrer um lugar de uma ponta a outra.

Mas, significa que, pelo caminho percorrido durante a nossa existência, é que carregamos e deixamos, nesse percurso, experiências, marcas, possibilidades e conexões com outras pessoas que encontramos em nossa trajetória. Assim, a abordagem de pesquisa considera que vivenciamos inúmeros atravessamentos durante o nosso percurso nas atividades que desempenhamos em sociedade. Dessa forma, inúmeras experiências vividas passam a nos atravessar e nos levam a perceber, ainda, que muitas delas foram silenciadas. Este silenciamento foi percebido apenas na continuidade do percurso da carreira acadêmica e em sua relação com as pessoas pertencentes a grupos não-hegemônicos.

Podemos considerar um significado possível para silenciamento, ou mesmo a transcrição em palavras que possibilitem compreender o significado que ganha nessa pesquisa, pois, a partir do conceito proposto por Amaral (2013, p. 16), “[u]tiliz[amos] o termo silenciamento não para uma simples pausa entre uma questão e outra, em que é preciso organizar o pensamento, mas sim para um movimento em que o calar é imposto, ou pelo outro ou a si mesmo”.

Por outro lado, entendemos a escuta ativa como pautada na compreensão efetiva daquilo que a outra pessoa está falando, ou mesmo, na possibilidade de construção de um vínculo que viabilize o ecoar de sua voz e, assim, a sua permanência em um ambiente, já que atravessamos inúmeros ambientes sociais que possuem suas próprias características de (sobre)vivência. Com este processo de escuta, as pessoas são acolhidas pelo entendimento da sua participação ativa com nome, como gostariam de serem chamadas, com endereçamento respeitoso, apropriado e direto, e se sentindo respeitadas pelas suas escolhas. A escuta ativa traz a consciência e a percepção do acolhimento. Traz, também, a percepção de conquistas realizadas, a construção de pontes e de relações firmadas, a construção de uma confiança mútua, que permitem e possibilitam a permanência e o pertencimento aos espaços que, anteriormente, não faziam parte da (sobre)vivência ou mesmo da própria trajetória de vida.

A primeira autora deste trabalho, por outro lado, reflete sobre o privilégio da branquitude, uma vez que sua presença e voz estão franqueados em alguns espaços, em que pode ser visibilizada (a sua presença) e ouvida (a sua voz). Portanto, vale ressaltar que algumas das pessoas que atravessaram a trajetória da primeira autora se constituem do contexto interseccional, que trata de raça, classe e gênero, e que foram silenciadas e invisibilizadas nos ambientes acadêmicos em que esses encontros aconteceram. Esses episódios foram recuperados em um processo de reflexão conjunta durante o pós-doutorado, na interação e interlocução com a segunda autora. Esse encontro também é reconhecido e registrado aqui como um atravessamento.

Na busca por estabelecer relações, percebemos a importância de aprofundarmos o conhecimento, compreendermos os nossos percursos e, assim, tratarmos de descrever e registrar toda a nossa trajetória no ambiente acadêmico, em que ocorreram inúmeras experiências de silenciamentos, ausências, mas também da resistência em permanecer e em possibilitar ecoar e amplificar a voz de outras pessoas. Essas vozes, que em alguns momentos se tornaram ruídos em um processo de silenciamento, nos fizeram continuar. Em outros momentos, nos possibilitaram viabilizar o protagonismo de histórias que atravessam a nossa existência, em um processo de (contra)resistência e de visibilização. É devido a elas que permanecemos.

A relevância desta pesquisa se propõe em adotar uma perspectiva interseccional para debater os privilégios da branquitude e na possibilidade de contribuir com a permanência, para que mais vozes possam ecoar no ambiente acadêmico contábil. A relevância se relaciona ao fato de não encontrarmos estudos em contabilidade no Brasil que tratem da questão de

classe social, um dos marcadores sociais referidos na teoria da interseccionalidade, e que é uma questão-chave em um país que está entre os mais desiguais do mundo.

O restante desta pesquisa está organizada da seguinte maneira: seguimos, na próxima seção, com o referencial teórico; no movimento seguinte apresentamos a metodologia do estudo; a próxima seção trata da análise e discussões sobre essas trajetórias entrecruzadas nesta (auto)etnografia, construindo sentidos a partir dos atravessamentos; e, finalmente, são costuradas as considerações finais. Apesar de todo o percurso percorrido, reafirmamos nesta pesquisa que estamos apenas começando.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Ao iniciar este referencial teórico sobre os estudos relacionados a silenciamentos e vozes, ausências e permanências no ambiente acadêmico, é necessário antes tratar sobre o tema da branquitude. Esse termo foi cunhado pela primeira vez por Frankenberg (1993) e trata de um dos processos estruturais que silenciam as pessoas negras e que as impedem de obterem ascensão em determinados ambientes. Em se tratando do processo de silenciamento, e a busca de aprofundar e compreender esta problemática, segundo Bento (2022, p. 24) “[é] urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade”.

Dessa forma, a branquitude é uma estrutura social garantidora de privilégios, materiais e subjetivos, que colabora com a construção social e a reprodução constante de preconceitos. Segundo Cardoso (2010), independentemente se quisermos abdicar deste privilégio, por ser estrutural em nossa sociedade, sempre teremos este atributo. Assim, “(...) a branquitude [deve ser entendida] como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (Frankenberg, 1993, p. 9). Para Frankenberg (2004, p. 312-313), entre outras conceituações, a branquitude se apresenta como:

[...] um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam.

A branquidade¹ é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.

Essa estrutura é articulada para garantir que o poder seja perpetuado entre os seus iguais e a organização desta construção social é tão estratégica e viabilizada na sociedade que, de acordo com Schucman (2020, p. 36), em uma conversa informal no início de sua pesquisa, com um amigo, ela conta que:

Dessa forma, esse amigo ficou interessado na pesquisa e saiu perguntando para cerca de 15 pessoas (todas consideradas, por mim, brancas) o seguinte: “De que raça você é?”. Descrevo aqui algumas das respostas: “Raça? Sou tupi-guarani!”

¹ De acordo com De Jesus (2012, p. 6), que traz o entendimento sobre a diferenciação entre os termos branquidade e branquitude, “(...) o título do livro tenha sido traduzido para português como Branquidade e não Branquitude, nota-se nas publicações que a palavra branquidade deseja exprimir o mesmo conceito que pesquisadores aqui no Brasil estavam utilizando. Ao que parece, a mudança é apenas de nomenclatura”.

Assim, pela observação da pesquisadora, sem relação com a realidade visível por ela observando as pessoas respondentes, entre as pessoas brancas não existia uma preocupação de se auto identificar em termos de raça. Dessa forma, a postura das pessoas brancas de não precisar se preocupar em como se apresentar, ou de identificar a que grupo racial pertence, consiste em uma chancela garantida pela branquitude, entendida como um privilégio. Mesmo fazendo um recorte de classe social, ou seja, mesmo em se tratando de pessoas brancas pobres, elas também fazem parte deste privilégio que é a branquitude pois, conforme Pinheiro (2023), sempre temos em nosso subconsciente poder chegar em diversos ambientes, pois somos atendidos, convivemos ou vemos pessoas brancas em posições de destaque constantemente. E, assim, normalizamos inconscientemente, as posições de poder e destaque como “devendo” ser ocupadas por pessoas brancas.

Portanto, a branquitude silencia e pode causar as ausências pois, nos espaços onde não existe letramento racial e representatividade, não existe a possibilidade de permanência. Ou seja, muitas vezes as pessoas não permanecem, ou mesmo nem imaginam a possibilidade de ocupar um espaço, que foi naturalizado como espaço a ser ocupado por pessoas brancas, pelo privilégio da branquitude e pelo funcionamento do pacto narcísico da branquitude (Cida Bento, 2022).

O silenciamento pode ocorrer de inúmeras formas na sociedade, por exemplo, ao invisibilizar a presença. Consideramos “invisibilizar” como a prática de restringir, limitar ou censurar a voz de uma pessoa ou grupo, geralmente com o objetivo de diminuir seu impacto ou poder. A invisibilização pode ocorrer em diferentes contextos, como debates públicos, espaços de mídia, plataformas *online*, ambientes de trabalho e, até mesmo, em relações pessoais. O silenciamento pode assumir várias formas, como apontado por Silva (2015, p. 113).

(...) do estereótipo impreciso do homem andrajoso, de roupa puída, pedinte, maltratado de aparência: forma-sujeito cuja imagem pedagógica - apesar do silenciamento imposto à sua voz humana, exorta-nos a não sê-lo. (...). O processo de silenciamento compõe a tríade: ausência de discurso, discurso como monólogo e discurso não considerado.

Dessa forma, o silenciamento pode aparecer das mais variadas formas, podendo ocorrer inclusive nos espaços acadêmicos, trazendo as ausências, já que não é possível permanecer em ambientes sem a possibilidade de se expressar e de ser ouvido. Por consequência, o silenciamento leva a compreender e obter a percepção de não se sentir pertencente àquele local, por não se reconhecer nele.

O significado de ausências também pode apresentar diferentes possibilidades dependendo do contexto. No caso específico deste trabalho tem foco na relação da não identificação com o espaço, que é parte integrante e essencial para a convivência entre as pessoas em período escolar, como a sala de aula ou mesmo o ambiente universitário. Para Sampaio (2010), nestes espaços, não há o sentimento de acolhimento ou mesmo de pertença.

Ao diagnosticar que existem problemas estruturais como o pacto da branquitude (Bento, 2022), entendemos como são promovidos os silenciamentos e as ausências nos ambientes institucionais como o ambiente acadêmico. Dessa forma, somos levadas a questionar se existiria alguma possibilidade, em um processo de entrecruzamentos neste ambiente, ambiente este que traz características de competitividade, de enfrentamento dessas ausências e silenciamentos; ou seja, um processo de possibilitar relações que sejam viabilizadas por meio da presença das pessoas e das vozes que seja emitidas e ecoadas, mesmo com todas as limitações e estruturas sociais que insistam em promover o

distanciamento, ou mesmo, a expulsão de algumas pessoas dos ambientes acadêmicos (York, Oliveira & Benevides, 2020).

É importante ressaltar que, para situar a pesquisa realizada, apresenta-se, a partir das informações que este estudo considera, a posicionalidade, a reflexibilidade e a reflexividade como práticas discursivas, conforme Brito e Ornat (2021, p. 12), que retoma o fazer científico desta (auto)etnografia. Considerando que,

Posicionalidade é um ponto de extrema importância nas epistemologias pós-coloniais e decoloniais. (...). Posicionalidade e a Reflexibilidade como práticas discursivas e metodológicas para repensar as bases hegemônicas do fazer científico, bem como propor novas formas de fazê-lo.

Assim, para a reflexibilidade, que está relacionada com a capacidade de um processo de autodescoberta e autocrítica sobre as escolhas que realizamos, como nos posicionamos frente às descobertas, seria possível estabelecer como estes aprofundamentos podem impactar a sua relação com a pesquisa.

Já para a reflexividade conforme Nóbrega-Therrien, Menezes e Therrien (2015, p. 193) trata-se de uma relação de reflexão constante, que pode trazer o reconhecimento como a possibilidade de uma ferramenta para que seja possível redimensionar o processo prático com o próprio atravessamento, pois

(...) que supera questões de ordem técnica e prática e traz maiores probabilidades de posicionamento crítico, uma vez que o exercício da criticidade promove possibilidades de se chegar ao plano intersubjetivo, ao encontro de si mesmo e dos outros.

A partir da nossa posicionalidade, reflexibilidade e reflexividade trazemos para pesquisa uma possibilidade de ação efetiva e, no caso desta, da crítica ao privilégio da branquitude, das possibilidades dos processos de atravessamento, bem como da necessidade de viabilizar a presença de todas as pessoas nos espaços acadêmicos e de promover o ecoar das vozes das pessoas nos lugares onde existiam silenciamentos. Na sequência são apresentados aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa, como um processo de organização para a sua realização.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Assim, a metodologia realizada para construção dessa pesquisa parte das trajetórias entrecruzadas e perpassa o reconhecimento dos silenciamentos relacionados a marcadores de classe social, raça e gênero sofridos pelas pessoas que se encontraram com a primeira autora desta (auto)etnografia. Para Santos (2017, p. 218):

“Autoetnografia” vem do grego: auto (self = “em si mesmo”), ethnos (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e grapho (escrever = “a forma de construção da escrita”). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve).

Por um lado, eu, a primeira autora, me reconheço enquanto membro de uma etnografia ortodoxa. Entretanto, as experiências vividas na periferia, me trouxeram um olhar sensível para perceber, diagnosticar e questionar as ausências e silenciamentos das pessoas

não brancas nos espaços, principalmente quando esse é considerado um espaço de poder, de destaque ou de tomada de decisão.

Eu, a segunda autora, tenho incursionado pela pesquisa (auto)etnográfica como possibilidade de escrevermos nós sobre nós mesmas, atendendo ao chamamento de Alice Canabrava² (Blay, 2004, p. 85) ao refletir sobre os estudos em história econômica, nos quais foi pioneira:

Sabemos pouco sobre as heroínas do cotidiano, sejam elas escravas ou senhoras; o de que dispomos nos foi transmitido, quase sempre, por elementos masculinos, a comunicar sua própria visão do mundo.

Acreditamos também que, ao fazermos a escrita de nossas vivências, abraçamos a proposta de “escrevivência” de Conceição Evaristo, em que a vivência de uma reverbera a vivência de tantas outras. Assim, de acordo com a autora (Evaristo, 2020), “[a] escrevivência não é a escrita de si, porque está se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade.”

Para Santos (2017), a pesquisa (auto)etnográfica traz exatamente a percepção que tentamos transpor para a atual conjuntura apresentada, pois, neste momento em que chegamos à conclusão do estágio de pós-doutoramento, o tema aprovado para a pesquisa consistia em verificar como o silenciamento pode retirar ou expulsar pessoas do ambiente acadêmico em contabilidade.

Durante a vivência no ambiente acadêmico foi possível identificar certos comportamentos que produziam o silenciamento de pessoas com características bem específicas. Quando utilizamos o termo “características bem específicas” nos referimos a pessoas negras. Com o intuito de registrar e analisar esses comportamentos utilizaremos como metodologia a (auto)etnografia. Segundo Jones et al. (2015, p. 1339):

Autoetnografia representa a experiência pessoal no contexto das relações, categorias sociais e práticas culturais, de forma que o método procura revelar o conhecimento de dentro do fenômeno, demonstrando, assim, aspectos da vida cultural que não podem ser acessados na pesquisa convencional.

Por outro lado, quando tratamos da (auto)etnografia é importante detalhar algumas informações, visto que, conforme anteriormente dito, ainda é recente a sua adoção como base de estudos na área de negócios. Assim, quanto à abordagem, conforme apresenta Santos (2017, p. 215-216), a (auto)etnografia apresenta uma:

(...) distância temporal entre o que foi vivido e o registro do que se viveu, o que diferencia esta estratégia de coleta de dados das que vemos nos experimentos de observação participante (...). Nestes, a entrada do observador na situação de trabalho se faz pelo fato de ser esta uma situação relevante para o objeto que se pesquisa. Tal característica informa não apenas a maneira como se entra na situação, mas o modo como esta é observada e como os registros são colhidos. (...) a distância temporal é indicativa de uma forma de distanciamento social. No caso presente, a distância temporal testemunha a diferença entre o estatuto que se tinha quando a experiência foi vivida (no caso, a condição de trabalhador subalterno em busca de meios para sobreviver) e o que se passou a ter quando o registro sobre tal experiência foi produzido.

² A professora Alice Pfiffer Canabrava se tornou, em 1951 a primeira professora catedrática da Universidade de São Paulo, após se transferir para uma unidade recém-criada (em 1946), a então Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), hoje Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA).

Por este caminho e com estas bases de conhecimento e aprofundamentos será importante trilhar as relações observadas e verificadas dentro do contexto qualitativo e (auto)etnográfico. Um outro aspecto importante na (auto)etnografia é o que a torna um instrumento relevante para realização deste trabalho pois, segundo Lionnet (1989), a (auto)etnografia é a complexidade de resistências entre o “eu” (auto) e o coletivo (etno) no ato de escrever (grafia). Assim segundo Jones et al. (2015, p. 1340), enquanto:

[a] pesquisa convencional, mesmo no campo das Ciências Sociais, ditada pela cultura ocidental, dos países industrializados, ricos e colonizadores, constrói com a perspectiva positivista um conjunto de “normas” a serviço do projeto da Modernidade. A etnografia ortodoxa, por exemplo, busca uma descrição objetiva e em terceira pessoa, normalmente construída por um pesquisador branco (homem ou mulher), ocidental e de classe média. A autoetnografia, todavia, parte do pressuposto que o conhecimento não tem como ser neutro nas instituições educacionais e nem fora delas.

Santos (2017, p. 5) traz a perspectiva que o método (auto)etnográfico consiste em uma composição a partir da sua experiência em que:

(...) as perspectivas que adentram ao tema, talvez se possa condensá-las no entendimento de que a autoetnografia é um método de pesquisa que: a) usa a experiência pessoal de um pesquisador para descrever e criticar as crenças culturais, práticas e experiências; b) reconhece e valoriza as relações de um pesquisador com os “outros” (sujeitos da pesquisa); e c) visa a uma profunda e cuidadosa autorreflexão, entendida aqui como reflexividade, para citar e interrogar as interseções entre o pessoal e o político, o sujeito e o social, o micro e o macro (...).

Por sua vez, a análise de Santos (2017) para o processo de (auto)etnografia se vincula com os passos relacionados à pesquisa e ao contexto desenvolvido neste trabalho. Quando utilizamos a experiência pessoal da primeira autora para descrever seu lugar de fala (Ribeiro, 2019), ou mesmo sobre a experiência enquanto escreve, neste momento, reconhecemos os atravessamentos ocorridos pelas pessoas com que se relacionou nos espaços que percorreu e, por fim, a (auto)reflexão sobre as experiências vividas neste processo.

Segundo Jones et al. (2015, p. 1339) para possibilitar os passos para a construção de uma (auto)etnografia, que se propõe como uma pesquisa social menos alienada, em que seja considerada a subjetividade da autora, é preciso

(1) visibilidade para o si: é o eu do pesquisador se tornando visível no processo, este eu não é separado do ambiente, ele só existe na relação com o outro, é, portanto, o eu conectado com o seu entorno; (2) forte reflexividade: representa a consciência de si e a reciprocidade entre o pesquisador e os outros membros do grupo, o que conduz a uma introspecção guiada pelo desejo de entender ambos; (3) engajamento: em contraste com a pesquisa positivista que assume a necessidade de separação e objetividade, a autoetnografia clama pelo engajamento pessoal como meio para entender e comunicar uma visão crítica da realidade, de forma que engajamento, negociação e hibridizem emergem como temas comuns de uma variedade de textos autoetnográficos; (4) vulnerabilidade: a autoetnografia é mais bem-sucedida quando é evocativa, emocionalmente tocante e quando os leitores são tocados pelas histórias que estão lendo, certamente isto traz algumas vulnerabilidades ao explorar a fraqueza, força, e ambivalências do pesquisador, evocando a abertura de seu coração e mente; (5) rejeição de conclusões: a autoetnografia resiste à finalidade e fechamento das concepções de si e da sociedade, pois é concebida como algo relacional, processual e mutável.

Já para Lima, Carmo e Casa Nova (2020, p. 2), “construção do *corpus* apresentado partiu de relatos construídos pelos próprios pesquisadores que, ao mesmo tempo que escrevem para pesquisar, escrevem para fazer sentido da situação vivida e sentido de si mesmo”. Este processo, na (auto)etnografia, ocorre à medida que, a partir das histórias vividas e do fato de descrevê-las, o acontecimento passa a ser reescrito, agora considerando as vozes que atravessam o silenciamento e as presenças que atravessam as ausências. Para Haynes (2006) a construção das narrativas faz parte de um processo de compreensão de quem somos, à medida em que são realizadas reflexões sobre a pesquisa.

Portanto, no processo de diagnósticos, reflexões e lembranças foi possível identificar que a utilização da (auto)etnografia se propõe a colaborar com a discussão entre os silenciamentos e vozes, entre presenças e ausências no ambiente acadêmico. Assim, ao nos debruçarmos sobre a experiência de vida da primeira autora, a pesquisa ao mesmo tempo pretende trazer reflexões relacionadas ao ambiente acadêmico e aos seus atravessamentos.

Através das relações estabelecidas com pessoas nestes ambientes foi possível apresentar a pesquisa, o relato, conforme foram organizadas as memórias, em que, enquanto relembro ou refletindo como as situações ocorreram, identificamos que as vozes dessas pessoas a atravessavam, à medida em que ela compreendia as possíveis limitações, problemas e situações que existiam neste ambiente e que impactam essas pessoas. Mesmo que necessariamente ela mesma não houvesse sido silenciada, conseguimos perceber a existência de situações sociais que impactavam a permanência, ou entendimento de algumas circunstâncias, ou seja, havia uma maior dificuldade para acessar ou ter algumas experiências, o que trouxe uma escuta ativa. Assim, a partir das relações que ela passou a ter com as pessoas e das vozes e presenças que atravessaram no ambiente acadêmico, encontramos forças que nos faziam continuar e permanecer naquele espaço para que mais pessoas pudessem ser escutadas e visibilizadas.

Por fim, pedimos licença para considerar e utilizar como base desta (auto)etnografia a escrevivência de Conceição Evaristo (2020). Soares e Machado (2017) apontam que a escrevivência é o processo que pode ser identificado como escrever sobre “experiência” vivida. E é disso que se trata esse trabalho, de “escrever” esses atravessamentos e ressignificar as possibilidades que trazem para o ambiente acadêmico.

Dessa forma, para esta (auto)etnografia, foram seguidos os seguintes passos: (i) descrição das histórias vividas pela primeira autora antes, durante e depois do ingresso no ambiente acadêmico; (ii) para aqueles fatos que ela não tenha lembranças concatenadas na memória, a ligação com o passado são as memórias vividas e descritas pela sua mãe, que trazem luz e conexão com algumas das escolhas de hoje; (iii) após o ingresso no ambiente acadêmico será realizada a descrição de detalhes das trajetórias e dos acontecimentos que foram identificados por ela como silenciamento e ausências, e depois, ressignificados pelo processo da escrita como presença e voz; (iv) posteriormente, houve a decisão de escolher pessoas negras, e que a atravessaram no ambiente acadêmico, pela voz que possuem, mas também pela ponte que ela pode ser; (v) para essas pessoas foi garantida a confidencialidade e anonimato na descrição dos entrelaçamentos de suas trajetórias com a dela.

Para as pessoas envolvidas nesta pesquisa, e relacionadas aos espaços, foram dados os nomes de flores, a fim de manter seu anonimato. Assim, foi realizado um levantamento sobre flores e seus significados e a primeira autora, então, relacionou o significado das flores com as pessoas que a atravessaram e com as quais teve entrecruzamentos de histórias. Ou seja, atribuiu nomes às pessoas a partir de seus perfumes e significados para ela.

A proposta de estudo foi submetida à análise do comitê de ética em pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade em que é realizado o pós-doutorado. O termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado pelas pessoas que tiveram suas trajetórias representadas, que puderam também ler os trechos que tratam de suas trajetórias, que estavam com o maior detalhe e com os próprios nomes. Vale ressaltar que as próprias pessoas incluíram questões com uma riqueza de particularidades que atravessam a trajetória da primeira autora.

Após cumpridos esses passos, e recuperadas essas histórias vividas, cada um dos episódios foi registrado em texto, compartilhado e discutido com a segunda autora do artigo, supervisora do pós-doutorado. Essas interlocuções permitiram ressignificá-los dentro de uma trajetória mais ampla e por meio da lente teórica da interseccionalidade. Nesse processo foi explorada a relação desses momentos e acontecimentos, que foram fundamentais, permitindo compreender as conexões entre espaços e pessoas. Como um fechamento, foi feita uma reflexão em conjunto sobre aprendizados e letramentos ocorridos antes, durante e mesmo após o pós-doutoramento.

É importante ainda registrar que diferentes versões desse texto foram socializadas em congressos e eventos internacionais e nacionais, nas áreas de gestão, contabilidade e gênero. As pessoas que serviram como revisoras dessas versões do texto e de debatedoras das apresentações da proposta foram essenciais para que o texto evoluísse e ganhasse maturidade. No entanto, é igualmente relevante mencionar que esses momentos foram sempre momentos de muita emoção e de alguma dificuldade, por sempre representarem um reviver desses acontecimentos, que têm todos um peso imenso para as pessoas que deles participaram.

Após detalhada a metodologia, a seguir são apresentadas as análises e discussões desta pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção apresenta o detalhamento da (auto)etnografia, com a descrição reflexiva da trajetória acadêmica da primeira autora e dos encaminhamentos nos espaços e entrecruzamentos com outras trajetórias. A partir desse momento do texto é adotado o relato em primeira pessoa, decisão coerente com estudos (auto)etnográficos.

Minha trajetória em um exercício de posicionalidade, flexibilidade e reflexividade

Lembro de momentos inimagináveis, convivendo com pessoas de vasto conhecimento e acesso à informação. Iniciei minha trajetória, buscando compreender o meu papel em diversos ambientes, inclusive no acadêmico. Reconheço o impacto dos antepassados, tanto os que carregam histórias de escravidão e opressão quanto aqueles que buscaram superar dificuldades em regiões rurais. Minha família materna teve escravos, entrelaçando minha ancestralidade com a história sombria do Brasil. Meus pais, provenientes de Carmo da Mata, Minas Gerais, migraram para São Paulo em busca de uma vida melhor. Dessa forma, reconheço o meu privilégio branco (Frankenberg, 2004).

Em São Paulo, morando em ocupações precárias, enfrentamos privações, falta de saneamento e necessidades básicas. Trabalhei como babá e costureira para ajudar a sustentar minha família e poder estudar. A luta para entrar na universidade foi intensa, marcada por dificuldades financeiras e emocionais. Em meio a uma elite estudantil, senti-me deslocada e invisível, enfrentando fome e humilhações.

Mesmo conquistando uma bolsa de estudos, a jornada na universidade continuou desafiadora. O ambiente elitista e machista gerava isolamento e falta de identificação. Mantendo a determinação, alcancei a graduação e entrei no mercado de trabalho, onde experienciei mais machismo e, até assédio. Entretanto, aprendi muito e desenvolvi minha carreira.

A busca pelo mestrado também foi repleta de barreiras, muitas vezes impostas pela interseção entre raça, gênero e classe social (Akotirene, 2018). A falta de capital intelectual e de nome no meio acadêmico me limitou. O privilégio da branquitude permitiu que eu fosse percebida, mas o obstáculo real era minha origem social. Ou seja, ser uma mulher branca periférica. Reflito que essa tensão fez com que eu não aderisse totalmente ao pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022).

Hoje, compreendo a importância de minha história e minha luta. Reconheço o poder da educação e do conhecimento para romper barreiras e transformar realidades. Entendo que minha trajetória é de resiliência, enfrentamento de desigualdades e busca por justiça social. Ainda que tenha superado muitos desafios, sei que a luta contra o racismo, machismo e exclusão social persiste. Hoje percebo que minha missão é utilizar meu privilégio branco e minha voz, conquistada pelas credenciais acadêmicas que consegui acumular, para buscar construir um mundo mais igualitário, onde todos, todas e todes tenham oportunidades independentemente de sua origem, raça ou gênero.

Minha trajetória acadêmica: ausências e silenciamentos, presenças e visibilização, vozes e escutas

Esse processo de incômodo e, muitas vezes, de indignação, levou-me a buscar aprofundamento teórico constante, mesmo que sozinha, ou ainda, sem conhecer ou saber sobre as metodologias e os instrumentos de pesquisa. Assim, decidi ingressar no ambiente acadêmico. É preciso explicar que minha mãe foi professora do magistério na roça, no interior da cidade em que nasci. E minha irmã mais nova seguiu os passos de minha mãe cuidando das crianças aqui na periferia da cidade de São Paulo, acessa o magistério, que era uma política pública por meio da qual os adolescentes ficavam em período integral no ambiente escolar estudando e recebiam uma pequena bolsa e, no final, acabavam formados como professores de educação infantil.

Para a minha inserção do mestrado, até mesmo internalizar a palavra era bem difícil, um processo árduo para mim, porque eu não tinha a quem recorrer, perguntar como era, não existiam referências de como funcionava cada uma das fases do processo seletivo, o que era um projeto de pesquisa, e qual era a quantidade de documentos para submeter, e como submeter. Eu recorria ao dicionário de forma constante.

O próprio projeto de pesquisa, e suas particularidades, já eram, para mim, um percalço. A maioria das fontes estão dispersas e são construídas com um vocabulário específico. Eu me adaptei, estudei e de forma determinada me incorporava naquele que ainda parecia um mundo paralelo. É importante destacar que eu ainda tenho inúmeras limitações, mesmo no decorrer da minha participação nestes processos, desde a graduação até o pós-doutorado.

A primeira tentativa de ingresso no mestrado resultou em não aprovação. Mas eu não desisti. Recalculei a rota, limpei as lágrimas, e tentei outras inúmeras vezes. Enquanto essas tentativas não resultavam na aprovação, ingressei em um cursinho para me preparar para o exame de proficiência aplicado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Neste local eu conheci uma pessoa que me falou do Centro Paula

Souza, uma autarquia do Estado de São Paulo que é capilar, pois está em várias regiões do Estado e da capital, e na qual todas as oportunidades são via processo seletivo ou concursos. Essa pessoa me indicou inúmeras possibilidades e o calendário para as provas do concurso, mas eu não acreditei muito, pois só tinha a graduação concluída, e ainda com muita dificuldade. E, além disso, eu não teria tempo de estudar para o concurso, pois estava em fechamentos constantes nas empresas que exercia a minha atividade remunerada.

Após inúmeras tentativas sem sucesso, e alguns episódios em que senti que, como eu não tinha uma linhagem acadêmica, eu não poderia estar naquele ambiente, permaneci resistindo, independentemente de todos os “nãos” que recebia. E foram muitos. Eu tentei inúmeras vezes o processo de mestrado, em programas diferentes, realizando o teste do ANPAD até atingir a pontuação necessária. Ou seja, vivenciei em minha trajetória, mecanismos pelos quais as estruturas sociais promovem o distanciamento e a expulsão de pessoas de alguns grupos dos ambientes acadêmicos (York, Oliveira & Benevides, 2020).

Paralelamente, eu passei no processo seletivo para docente do Centro Paula Souza. Trabalhei seis meses na Escola Técnica Estadual (Etec) mesmo sem receber, pois, eu estava impactada com a sala de aula, sentia que precisava saber, que precisava melhorar, que precisava me desafiar e compreender os avanços das atividades para lecionar. Percebi também que comecei, naquele momento, a aprender contabilidade de outra forma, para agora ensinar na realidade daquele espaço.

Com os alunos, alunes e as alunas me prontifiquei a ouvir as dúvidas. Não importava se estivessem com vergonha, eu chegava perto: eles poderiam falar baixinho, no particular ou depois por e-mail. Minha vontade era sanar as dúvidas, pensando sempre no impacto e na possibilidade de que meus alunos não passassem por tudo que eu já tinha passado. Isso me deu forças para continuar tentando a sonhada vaga no mestrado.

O distanciamento do mundo corporativo, ou das empresas para as quais eu prestava serviço, era necessário para o aprofundamento nos estudos. Causava-me um estranhamento porque ao adentrar nessas empresas, na área de contabilidade, o meu salário era consideravelmente alto em relação ao meu consumo e de minha família. Entretanto, eu continuaria lecionando, mesmo que o valor da hora-aula fosse baixíssimo. Assim, perambulavam em mim alguns sentimentos de angústias: eu precisava continuar recebendo algum dinheiro, para garantir o mínimo de sobrevivência no mestrado.

Eu acessei com dificuldade e sem direcionamentos novamente o ambiente acadêmico, na mesma Universidade, a PUC-SP, agora no mestrado. Aprofundava a leitura de forma desesperada, sofria com os diferentes idiomas e os textos em inglês e francês. Já sentia estar distante e sem argumentos durante as discussões, e sem os embasamentos teóricos, em sala de aula, com colegas do mestrado.

Entreguei a minha dissertação em 24 meses, com muita luta, choro, pavor, angústia e determinação. Mas, também, com alguns artigos publicados, um artigo aceito para apresentação no EnAnpad e um capítulo de livro. Minha dissertação tratou do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da B3 como melhor indicador de avaliação para inúmeras formas de aplicação no mercado financeiro e da articulação entre instituições para que a forma de apresentação destes índices para investidores fosse de fácil acesso e compreensão (Dourado, 2013). O fato que me levou a escolher esse tema, para as informações e acesso que possuía naquele momento, foi por terem me dito que normalmente as mulheres não estudavam sobre mercado financeiro, de que existiam áreas específicas para as pesquisas que as mulheres poderiam realizar, e que essa não era uma delas.

Para dar prosseguimento à minha vida acadêmica, passei por todo o processo seletivo novamente e, ao mesmo tempo, para obter algum recurso financeiro, eu voltei ao mundo corporativo para realizar um projeto que duraria oito meses e que eu executei em 28 dias. Esse projeto possibilitou o respiro financeiro de alguns meses.

Após a organização e a aprovação para cursar o Doutorado surgiram novos desafios, como o retorno ao ambiente acadêmico, que eu sentia muito competitivo, e uma série de demandas contínuas e diárias. Finalmente, consegui cursar todos os créditos. Submeti alguns artigos para o cumprimento dos créditos e um deles, em particular, foi aprovado para ser apresentado no EnAnpad, sobre Retórica, que não era o meu tema principal de estudo. A principal autora não se sentia bem em apresentar, assim me organizei para realizar a apresentação sozinha, o que foi uma experiência difícil, desesperadora e angustiante. Lembro da sala, das pessoas presentes e de como me abordaram com as perguntas, como olhavam para o modo que eu estava vestida. Lembro, também, de como algumas pessoas na plateia, majoritariamente masculina e branca, me olhavam.

Um destaque importante na trajetória acadêmica durante a realização do Doutorado foi o fato de que algumas pessoas foram fundamentais para que eu conseguisse finalizar e participar das reuniões de orientação. Em especial, uma pessoa, que até no processo de orientação estava presente: ela foi fundamental para a conclusão e permanência na instituição.

O primeiro entrecruzamento de trajetórias

Por outro lado, conheci nos corredores de uma instituição de ensino uma pessoa que colaborou constantemente com o meu processo de pesquisa, inclusive os estudos sobre interseccionalidade começam por influência dessa parceria com Amarílis³. Foi por influência dela que eu comecei a adentrar em pesquisas sobre gênero, raça e sexualidade. Participei de vários congressos. Assim, foram várias publicações e trabalhos realizados em parceria com essa pesquisadora, que vou detalhar na seção sobre os encontros ocorridos mais à frente, encontros que me trouxeram a reflexão sobre os silenciamentos (Amaral, 2013) e as ausências (Sampaio, 2010).

Defendi minha tese com muita resistência, dor e ajuda de muitos amigos e amigas, logo após a partida do meu pai. A tese relacionava esses dois mundos, a academia e a atividade docente no Centro Paulo Souza, analisando a relação entre os conteúdos de sustentabilidade ministrados pela instituição e sua incorporação pelas pessoas egressas em suas atividades profissionais (Dourado, 2013).

Desde a defesa, trabalhei orientando trabalhos acadêmicos. Direcionei pessoas que me procuravam para conselhos sobre seguir os estudos acadêmicos, ou mesmo para aconselhamentos para inserção no mundo corporativo. Sigo trabalhando as reescritas e os entrelaçamentos que trazem a percepção do impacto que as minhas atividades podem colaborar para ter, muitas vezes enfrentando alguns silenciamentos. Ainda assim sigo tentando trabalhar diariamente a escuta, para que os acolhimentos de fato aconteçam e que as pessoas permaneçam, conquistem e possam estar inseridas, além de buscarem as suas próprias realizações.

³ Conforme mencionado, serão adotados nomes de flores para manter o sigilo e anonimato em relação a algumas pessoas citadas nessa (auto)etnografia.

Encaminhamentos da pesquisa e a compreensão dos espaços

Em uma tentativa de propor uma ordem cronológica, obviamente uma tentativa porque algumas situações ocorreram de forma concomitante, apresentarei os espaços que fazem parte desta jornada e a relação que ocorreu entre as pessoas com quem se entrecruzaram os caminhos nestes mesmos espaços e ambientes. Assim, a relação tempo x espaço se construirá no atravessamento dessas trajetórias.

A pesquisa na PUC-SP

Permaneci resistente, elaborando pesquisas que tratavam do tema da interseccionalidade (Akotirene, 2018) e me aprofundando em atividades que abordavam a equidade de gênero, bem como os objetivos do desenvolvimento sustentável, além de promover novas dinâmicas e possibilidades em sala de aula, com aprofundamentos que ocorrem na área contábil.

Assim, a PUC-SP foi o lugar que viabilizou pesquisas e relações com pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas áreas do conhecimento. Aqui comecei a aprender e perceber sobre questões estruturais como o racismo, as diferenças gritantes entre as classes sociais e as demandas diárias da comunidade acadêmica.

Em uma das aulas de debate, normalmente nos auditórios ou mesmo em salas maiores, aconteciam discussões. Eu me lembro que meu interesse era constante por temas que naquele momento superavam a contabilidade em si. Foi quando encontrei a pesquisadora Amarílis, de quem reitero a importância que trouxe para a minha vida acadêmica, desde então.

A iniciação como pesquisadora

A pesquisa é algo que sempre busquei como meta dentro do trabalho acadêmico, mesmo tendo uma dificuldade imensa para ser entendida e para me fazer entender. Dificuldades com o meu próprio idioma, em que acredito falar e me expressar em um idioma e escrever em outro, em uma desconexão entre fala e escrita. Acredito, ainda, que o texto acadêmico trata de outro idioma, um terceiro, completamente diferente das duas situações anteriormente citadas.

Meu sonho saiu do papel quando encontrei a possibilidade de trabalhar com uma pesquisadora nas áreas de gênero, raça e sexualidade: Amarílis. De fato, Amarílis me ensinou muito e tive a oportunidade de ouvi-la, de colocarmos no papel nossas ideias e de submetermos os textos para Congressos, inclusive sendo premiadas por um deles. Ela foi e é fundamental para a minha entrada e permanência no aprendizado nesta área, para o meu percurso acadêmico e como docente. Pude desenvolver um olhar sensível após toda a sua orientação e as explicações que me trazia em nossas interações.

Ela citava alguns nomes e referências. Eu anotava e buscava. Em respeito ao seu tempo e generosidade, eu agradeço por permitir essa minha escrita com essas referências. Os artigos fundamentais para o estudo do tema seguem sendo articulados por pessoas que sofrem e sentiram na pele a falta de acesso. Foram incontáveis reuniões, pesquisas, aprofundamentos, apresentações, viagens e congressos. Amarílis me ensinou muito e me inseriu em inúmeros debates. Para mim, só fazia sentido eu estar porque ela estava. Existia uma conexão de colaboração e ajuda constante. Amarílis era sempre muito generosa, compartilhando o arcabouço teórico que ela tem. Não, eu não teria avançado sem as longas conversas e viabilização do sonho que eu nem sabia que era possível alcançar.

Em uma situação complexa para Amarílis, ela me ligou, conversamos, dizia que estava com outros planos. Ela pensava abandonar a carreira acadêmica, e me enviou todos os livros pelo correio, alguns eram clássicos da área, uma preciosidade. Ela não quis mais escrever ou falar sobre as questões acadêmicas.

De minha parte, aguardarei o tempo que for necessário para conseguir reencontrá-la e dizer o quanto é importante e fundamental a sua presença na minha vida, no ambiente acadêmico e em todos os lugares na sociedade em que ela quiser estar. Eu só sou porque ela fez e faz parte desse momento.

Sinto-me responsável por seguir e, a partir das minhas pesquisas propor ecoar as vozes e buscas constantes para viabilizar que as pessoas negras possam ocupar os espaços. Sigo tentando traduzir estes distanciamentos e os não pertencimentos (Sampaio, 2010), pois o ambiente acadêmico ainda adoce e silencia. Reflito que relação possa ter com mecanismos de expulsão (York, Oliveira & Benevides, 2020). Aguardarei daqui o retorno desta importante pesquisadora para a vida científica, assim que e quando ela quiser.

De forma quase que concomitante, a minha vida e as relações aconteciam no Centro Paula Souza, o ambiente institucional que eu desenvolvo a minha carreira acadêmica. Passo a relatar essa experiência.

A experiência na pesquisa no ambiente institucional do Centro Paula Souza

No Centro Paula Souza (CPS), durante os 14 anos de trabalho contínuo, minha participação estava subdividida em várias áreas, além da sala de aula, atividades como: coordenação de curso, orientadora educacional, qualificação para coordenação pedagógica e direção de unidade de ensino, além do contato com muitos alunos, alunes e alunas, e inúmeras docentes. Essa atuação vem acompanhada de histórias de (in)visibilidade (Silva, 2015), resistência e suporte a discentes, muitas vezes oportunizando o acesso a espaços que não conheciam.

Atualmente, com a experiência acadêmica do mestrado e do doutorado, foi possível chegar à área de coordenação do nível superior tecnológico, fazer parte de algumas comissões de trabalho, e participar ativamente na formação de docentes e discentes. É importante destacar que as articulações ocorridas viabilizaram voz e acesso a novas possibilidades de conhecimento e acompanhamento, além da inserção de docentes à pesquisa e formação contínua. Foi possível ainda acessar novos campos do conhecimento, e registrar as atividades acadêmicas que fazem com competência, possibilitando processos e ampliando as oportunidades de carreira acadêmica, tanto para mim quanto para outras pessoas, além de repensar locais e posicionamentos, e oportunizar que seja um ambiente melhor para todas as pessoas envolvidas na formação de outras pessoas.

As possibilidades de sugerir formação continuada para o corpo docente desta instituição, com temas transversais que possam garantir um olhar detalhado, sensível e inclusivo, para diagnosticar onde é preciso melhorar e treinar, me fazem perceber um crescimento profissional constante e a sensação de evolução. Todo o aprendizado que tive até a presente data, e todos os novos aprendizados que virão, me possibilitam identificar uma realização nunca imaginada, considerando tudo que passei para chegar até aqui.

Para a instituição, a caracterização de trabalhar constantemente com a perspectiva de competência, e o desenvolvimento dela para o mundo do trabalho, para a sociedade, para a vida, possibilita aos envolvidos observar que é necessária uma formação constante por todos, de forma a promover experiências que possam ser entrelaçadas em vários momentos da carreira. Possibilitar a escuta de discentes e docentes é fundamental, na busca constante por

equidade, sensibilização, assim garantindo a permanência das pessoas nos ambientes, para que elas tenham voz e se sintam pertencentes, compreendendo que esses espaços são capazes de acolher, quando precisarem de algum auxílio social.

As conexões com a possibilidade de mudança

O ato de lecionar consiste em contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dentro dos componentes curriculares apresentados no curso. Assim, as relações aluno(a/e) – professor(a) se conectam. O processo é contínuo e precisa de escuta e de tempo, já que alunos(as/es), infelizmente, que acessam ou se inserem na autarquia, normalmente, estão em regiões afastadas e com acesso reduzido às informações e oportunidades, assim possuem maiores dificuldades. Os primeiros processos de acolhimento são para enfatizar que é possível, demonstrando que vão conseguir terminar o curso técnico ou tecnológico, e que poderão ser e fazer o que quiserem, na continuidade dos estudos e da carreira.

Dessa forma, mesmo com inúmeras possibilidades de endereçamentos, duas histórias são exemplificadas deste entrecruzamento de aprendizados. O recorte ocorreu por classe social, pois fazemos parte de uma mesma região. Vale ressaltar as dificuldades dos deslocamentos entre a residência e a unidade de ensino, dificuldades em realizar o pagamento do transporte coletivo. Ou mesmo, ouvindo insinuações nos ambientes acadêmicos ou organizacionais, sofriam com as dificuldades de conviver sem a presença ou mesmo de se reconhecer nos ambientes. A percepção ainda que as cobranças de que precisavam se posicionar o tempo todo estava adoecendo a própria vida nestes ambientes. Considerando, ainda, o anonimato das pessoas, elas receberam o nome de flores, como havia citado anteriormente: Frésia e Kalanchoê.

Frésia possuía, segundo familiares, alguns problemas que a impediam de dar continuidade aos estudos. Sofria tanto no ambiente familiar como na sociedade por ser autodidata, ativa, e ser autônoma. Entretanto, isso não era visto com bons olhos, foi impedida de circular livremente, o fazia apenas em companhia dos pais ou responsáveis. E, mesmo assim, com incentivo, nos pequenos momentos de tréguas familiares, passou em uma universidade pública.

Inclusive, ela me chamou para uma palestra na instituição, para que eu pudesse dar a minha colaboração com a formação de estudantes que se tornariam docentes brevemente. Frésia passou por vários problemas relacionados ao racismo estrutural, estruturante e recreativo na mesma instituição (Almeida, 2019; Moreira, 2019). Soube, depois da palestra, entretanto, que ela vinha ao encontro da necessidade de uma escuta ativa para que pudéssemos repensar a nossa postura racista.

Na Universidade todos puderam ouvir com riqueza de detalhes um posicionamento enfático em relação a essa situação. Não tinham a dimensão do que Frésia já tinha passado, mas cumpri a minha responsabilidade, a de me posicionar. As relações passaram a ser melhores até a finalização de seu curso, e ela não estava mais sozinha nos embates. Eu seguia acompanhando, mesmo com uma certa distância, sua carreira, e os próximos passos, publicação de capítulo de livro, a pós-graduação. Hoje ela é cantora e ensina música.

Já para Kalanchoê, não longe desse contexto, e bem próximo inclusive geograficamente de sua residência, possuía inúmeras dificuldades quanto ao acesso ao mercado de trabalho e à graduação. Kalanchoê conseguiu prestar o vestibular, com inúmeros problemas de acesso para entender geograficamente as regiões e relações das quais começava a fazer parte.

Tornou-se aluna de uma universidade de primeira linha, com um curso que possibilitou acessar rapidamente empresas multinacionais. Colaborou com várias atividades dentro da empresa, em ações e em iniciativas de luta contra o racismo. Sofreu e passou por alguns problemas decorrentes do racismo institucional (Werneck, 2016).

Precisou se distanciar deste processo de luta e, agora em uma série de relocalizações, passou por outras organizações de prestígio, encontrou muitos desafios para permanecer, tanto no ambiente profissional como familiar. De modo geral, há uma dificuldade quanto à percepção dessas pessoas, com relação a importância de sua permanência nestes locais.

As duas pessoas apresentadas lutam diariamente para o acesso e para conseguir permanecer em espaços que não foram pensados para elas (Pinheiro, 2023). Para que elas não precisem mais lutar, e para que seja possível a sua permanência e a de outras pessoas, é preciso construir um espaço de acolhimento em que todos, todas e todes conquistem a possibilidade de ter voz e vez (Sampaio, 2010).

Acompanhei e acompanho as suas trajetórias e de outras alunas, alunos e alunes, que residem em regiões periféricas em São Paulo. Quando não sabiam de todas as alternativas e possibilidades que existiam, quando duvidavam que era possível, já que algumas oportunidades lhes eram retiradas pela postura racista diária da branquitude (Schucman, 2020) que não reconhece e questiona os seus privilégios (Bento, 2022). Realmente, é assustador quando temos dimensão de todos os sofrimentos aos quais estão sujeitas. É uma situação extremamente complexa e requer endereçamento e a própria adesão à utilização das leis n. 10.639/03, que fez 20 anos em 2023, e n. 11.645/08 (Geledés, 2011). Ou seja, é urgente a aplicação de políticas públicas que garantam a entrada, percepção, representatividade e a própria permanência das pessoas negras.

Lecionar na UNEafro

Importante destacar que antes do período de pandemia, concomitante com as aulas no Centro Paula Souza, passei a lecionar aos sábados à tarde em um cursinho popular na UNEafro. Para entender o que é a Uneafro, trago um trecho da apresentação da instituição por ela mesma (UNEafro, 2023, p. 1):

A UNEafro é um movimento que se organiza em núcleos de atuação em diversas áreas. O trabalho mais conhecido são os cursinhos pré-vestibulares comunitários que atendem jovens e adultos oriundos de escolas públicas, prioritariamente negros/as, que sonham em ingressar no Ensino Superior e preparar-se para o ENEM ou Concursos Públicos.

O local onde ocorriam as aulas era popularmente chamado de beco da morte. Todos os sábados, à tarde, alunos(as/es) estavam lá prontos para as aulas. Com a chegada da pandemia, fomos para o celular, para que a distância e a falta de conhecimento não aumentassem a falta de acesso à informação. Foram dias de muita resistência e determinação. O local era de acesso restrito, tanto na formação quanto no acesso à alimentação. Isso me fez repensar os vários momentos como este pelos quais eu passei, isso me fez voltar e querer colaborar com esse espaço.

Oportunizar o conhecimento e a troca no ambiente dos cursinhos preparatórios para o exame pré-vestibular e para o Enem é um trabalho voluntário que possibilita articular outros meios de acesso e viabilizar a chegada de mais pessoas ao ambiente universitário, tanto de alunos(as/es) quanto de professores(as) que trabalham conosco. Aqui, meu objetivo era necessariamente apontar todas as limitações que possuímos, garantir a participação e a

presença, para que esses alunos(as/es) pudessem contar a sua própria história, com seus anseios e, dando-lhes protagonismo, de modo a registrarem o tamanho da resistência que possuem, que aliás, é enorme.

Destaco inúmeros sonhos, sonhos porque ainda estão bem distantes, e o que me fortalece é quando uma de nós consegue alcançar, consegue chegar, consegue experimentar e ensinar o caminho, a trajetória que seguiu, para que outras sigam esses passos. É incrível o significado disso. Quando uma consegue atravessar, passar no vestibular, no vestibulinho, consegue a bolsa, ou as bolsas, à que tem direito para permanecer, é uma vitória coletiva. Essa sensação é única, uma vitória é coletiva, porque todas estão juntas e vencemos juntas.

Assim, as relações e configurações das histórias oportunizaram a participação, o acesso e a voz, articulando com discentes, docentes, ex-alunos(as/es), o protagonismo; enquanto também apresentam possibilidades de escolhas e acolhimento para o acesso ao ambiente acadêmico ou ao que desejarem ser/fazer.

Encontros e caminhos cruzados: Congresso USP de Contabilidade

Para iniciar este detalhamento é necessário destacar que isso aconteceu quando estive em um Congresso USP de Contabilidade. Obviamente, eu já era docente, mas estava no início deste aprofundamento acadêmico. Não imaginava nem como me aproximar de um ambiente como o da USP.

Assim, a primeira oportunidade de me encontrar com pessoas que eu conseguia ter como referência aconteceu em um Consórcio Doutoral, na Universidade de São Paulo, no Congresso USP de Contabilidade. Fui participar da sessão de apresentação porque o título da apresentação me chamou atenção.

Quando eu cheguei na sala, ela já estava muito cheia, mais do que nas outras sessões de apresentação que eu havia participado naquele congresso. Automaticamente percebo que na frente da classe, para iniciar a sua explanação, estava uma mulher negra, e sentada ao lado dela uma mulher branca.

Fiquei feliz e, ao mesmo tempo, entusiasmada, mesmo sem saber exatamente o que significava um consórcio doutoral. Mas, eu senti que ali, naquele ambiente, eu poderia conversar com pessoas em quem eu conseguia me ver, me espelhar. Cada palavra dita, ou cada uma das respostas proferidas por elas, me impactaram profundamente.

E, de alguma forma, eu me sentia representada e considerava que era possível algum contato, em um ambiente altamente competitivo, para o qual eu não tinha ainda nenhuma expectativa de estar nele. Desesperadamente eu peguei o livreto do Congresso para gravar os nomes, que desde aquele momento sabia que significariam muito para mim. A partir daquele momento, eu passei a (me) (re)conhecer (nas) pesquisadoras que são referência no modo pelo qual orientam, que viabilizam grupos e pesquisas.

Gender, Work and Organization Conference (GWO)

Alguns anos mais tarde, em 2018, eu participei de um evento, motivada com o tema: um Congresso que foi organizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre gênero. Eu estava refletindo sobre a possibilidade de ter um artigo aprovado, no qual eu pudesse falar sobre interseccionalidade. Ainda parecia um pouco distante. E para compor este projeto, estava a Amarílis, que me ajudou anteriormente, estávamos juntas de novo. Enfim, o artigo foi aprovado!

Fui direto para a apresentação, aguardando Amarílis para participar, pois tínhamos estipulado falas em que era necessário considerar a experiência de cada uma, isso era

fundamental para garantir a apresentação. Ela não chegou. A sensação inicial era o desespero com sua ausência e, completamente deslocada, não conseguia me ver representada na sala em que a seção seria organizada. Um silêncio tomava conta de mim: eu apresentei sozinha parte do artigo, não era como eu havia programado ou planejado.

Em uma outra sessão aberta, comecei a reconhecer as pessoas que, de alguma forma, eu já havia encontrado antes. Eu havia visto que elas estariam no Congresso. Foi uma mesa acolhedora. No dia seguinte, outra mesa muito diferente das de outros Congressos em que eu participei. Uma mesa composta por mulheres, várias mulheres, em vários momentos da carreira acadêmica. Tive a oportunidade de conversar com várias docentes e, dentre elas, uma em especial. Conversando com ela, entendi que ela poderia me orientar em uma perspectiva de projeto, no embrião do que se tornou essa minha pesquisa de pós-doutoramento. Pensar sobre as possibilidades de novas formas de pesquisa, com uma pessoa de tamanho conhecimento, me impressionou muito.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Entrecruzamentos: trajetórias de silenciamento, atravessamentos e voz

Considerando os aprofundamentos realizados e os entrecruzamentos ocorridos, com os vários momentos desta (auto)etnografia, foi possível compreender algumas relações que apresento. Assim, quando retornamos ao pacto da branquitude de Cida Bento (2022), é possível identificar as situações apresentadas nesta teoria que retrata o privilégio da branquitude (Frankenberg, 2004) nos espaços acadêmicos e as relações das pessoas neste espaço social. Reforçando a relevância de adotar uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2018), atenta aos entrecruzamentos entre gênero, raça e classe social.

A seguir, na Tabela 1, eu trago, pela trajetória percorrida, situações em que reflito como silenciamento ou, mesmo, de atravessamento, seja de gênero, raça ou classe social. Dada a dificuldade de (sobre)viver e que, em alguns momentos e em determinados espaços, os atravessamentos ocorrem constantemente em que o ambiente acadêmico é um ambiente de poder. Ainda assim, consigo perceber, após a reflexão e do processo de pesquisa, atravessamentos para a identificação de possibilidades de ecoar as vozes. Sabendo que, a partir do pacto da branquitude (Bento, 2022), independentemente das minhas dificuldades de classe social, reconheço que existem benefícios em ser branca (Frankenberg, 1993; Schucman, 2020). Assim, quando observamos as situações enfrentadas, compreendi que, apesar da minha classe social, levo vantagem a partir deste privilégio sistêmico.

No Tabela 1 é apresentado um diagnóstico dos enfrentamentos no meu período da graduação, no ambiente corporativo, e em meu acesso ao ambiente acadêmico, confrontados com as percepções sobre as situações vividas a partir do recorte da interseccionalidade, considerando o meu privilégio branco. Está organizado em colunas que detalham a situação de silenciamento, o atravessamento interseccional vivido (social, racial e de gênero) e a reflexão sobre o privilégio branco, que permitiu à primeira autora voz e presença.

Tabela 1
Trajetórias de silenciamentos, atravessamento e privilégio

| Situação de silenciamento | Atravessamento Interseccional | Privilégio branco – Voz e Presença |
|------------------------------------|--|--|
| Escolha do curso | Social: colocação no mercado de trabalho/idiomas. | Ser chamada para as entrevistas. |
| Mensalidade | Social: bolsa-doação | Ninguém imaginaria que eu era bolsista, ou mesmo que a bolsa-doação existia na PUCSP naquele período. |
| Socialização nos intervalos | Social: sem dinheiro para comer | Sempre me chamavam e não entendiam por que eu não participava em algumas situações, alguns dividiam o que estavam comendo comigo. |
| Ônibus com demais colegas | Social: sem dinheiro para pagar o transporte, eu fazia o percurso a pé. | Achavam que tinha relação com manter a forma. |
| Comentários desrespeitosos | Gênero e social: comentários legitimados por todas as pessoas presentes. | A percepção de que eu participaria dos comentários. |
| No ambiente corporativo | Gênero, social e racial: trabalhei com poucas pessoas negras e nenhuma gestora. | A percepção de me ver em cargos, porque vi, mesmo que raramente, algumas gestoras, mas nenhuma gestora negra. |
| Centro Paula Souza | Racial, social e gênero: Docência com o processo ativo de escuta já que esse foi um problema latente na minha graduação. | Seria eu a tal referência que eu buscava na academia, uma docente do gênero feminino, mas muitos discentes eram negros e negras. |
| Ambiente Acadêmico | Social: “Sua família não tem nome no ambiente acadêmico.” | Me entrevistou, me ouviu, mas quando disse que precisaria de bolsa para me manter e tinha apenas a publicação da Iniciação Científica, disse que não tinha nome na academia. Me entrevistou porque sou branca, não tinha nenhuma pessoa negra no dia neste ambiente. |
| Congresso USP - Consórcio Doutoral | Gênero, racial e social: Participação de um momento em que foi único, foi possível perceber e observar mulheres, uma branca e uma negra, em destaque. Um atravessamento pela possibilidade de ver mulheres e ter a possibilidade de mais pessoas chegarem. | O acolhimento e acesso: muito diferentes dos demais congressos que participei ocorreram desde o credenciamento e até o momento do <i>feedback</i> e próximos passos após a apresentação do artigo. |
| Congresso GWO | Gênero, social e racial: Primeiro artigo aprovado em evento na FGV, a presença marcada por gênero, um grande destaque a mulheres e suas particularidades sociais e de raça. | O acolhimento e acesso: a oportunidade de conhecer e me aproximar de pessoas que não imaginava que conseguiria. |
| Congresso USP | Gênero e social: A participação me causa um deslocamento e a possibilidade de participar deste ambiente. | Mesmo com o deslocamento físico do espaço e das pessoas, a minha presença não é questionada, pois nos parecemos e isso garante o livre acesso neste espaço, onde ocorre o Congresso USP, na própria FEA - USP. |

| Situação de silenciamento | Atravessamento Interseccional | Privilégio branco – Voz e Presença |
|---------------------------|--|---|
| Congresso USP | Gênero e social: A presença nestes espaços continua me causando um certo distanciamento, mas tive um artigo aprovado e isso, para mim, foi de muito significado das regiões que residio e leciono. | Considero que tive ainda mais privilégio em ter um artigo aprovado no Congresso e passa a existir uma visibilidade e reconhecimento da minha produção naquele espaço. |

Para uma segunda análise, na Tabela 2, considero que, por meio dessa (auto)etnografia que se construiu no ambiente acadêmico, seja possível analisar a dimensão do público e o motivo das escolhas. Entretanto, para compreender o período e/ou o semestre de destaque, relembro quando ocorreu uma sala que possuía um grande número de discentes afrodescendentes, não chegava a ser metade da sala, mas a quantidade era alta e sua maioria era do gênero feminino. O desafio era atender discentes plenamente, garantindo que as suas necessidades fossem atendidas, como terem o valor do transporte, alimentação. Era preciso repensar como seria a forma de tratamento e a tentativa de permanência no espaço, assim, o acompanhamento foi constante. Enfatizo a percepção de diferenças que as discentes traziam em relação ao público que frequentava as aulas. Apresentei-as anteriormente como Kalanchoê e Frésia, e na Tabela 2 relaciono as vivências entrecruzadas, a partir das situações de silenciamentos que sofriam e do atravessamento interseccional que isso representava.

Tabela 2
Percepções e observações sobre as trajetórias discentes de silenciamentos e atravessamento

| Discente | Situação de silenciamento | Atravessamento interseccional |
|--------------------|----------------------------|---|
| Kalanchoê | Transporte | Social: sem dinheiro |
| Frésia | Acompanhamento | Social: hiperatividade |
| Kalanchoê e Frésia | Alimentação | Social: a unidade escolar fornecia o lanche. |
| Kalanchoê e Frésia | Comentários desrespeitosos | Social, Gênero e Raça: entre as pessoas da turma, de forma que não conseguiam denunciar. |
| Kalanchoê e Frésia | Estágio | Gênero, Raça e Social: dificuldades em conseguir se inserir nas atividades profissionais. |
| Amarílis | Comentários desrespeitosos | Raça e Gênero: nas atividades acadêmicas e pesquisa que desenvolvia. |
| Amarílis | Ambiente Acadêmico | Raça, Gênero e Social: não se sentia pertencente ao espaço. |
| Amarílis | Ambiente Acadêmico | Raça, Gênero e Social: nenhuma representatividade. |
| Amarílis | Ambiente Acadêmico | Raça, Gênero e Social: cobrança de alguns aprofundamentos de idiomas que impediram acessar outros espaços. Cobranças duplamente excessivas. |

Já leciono há 14 anos e, em média, no início, tinha poucas turmas. Entretanto, esse número foi aumentando gradativamente, conforme os anos avançavam. Assim, utilizarei uma média de três turmas semestrais com aproximadamente 30 alunos por turma. Dessa forma, foram aproximadamente 90 discentes por semestre, e 28 semestres, somando aproximadamente 2.520 discentes.

Quando iniciei, no ambiente acadêmico, as turmas eram predominantemente compostas de pessoas brancas e, em sua grande maioria, do gênero masculino. Com o passar dos anos, e com ações de acesso efetivas no Centro Paula Souza, foi possível recepcionar cada

vez mais discentes afrodescendentes ao longo dos semestres. A informação que possuímos do último vestibular é que temos 30% dos entrantes, em 2022, autodeclarados como afrodescendentes.

À medida que avançavam os semestres, os desafios de permanência aumentavam, mas continuávamos com os acompanhamentos diários até a conclusão do curso, e mesmo depois, ultrapassando a conclusão do curso e adentrando as carreiras que cada uma das pessoas começava a seguir. Podemos dizer que são aprendizagens constantes sobre sobreviver, sempre com essa percepção de atravessamentos e silenciamentos raciais, de gênero e sociais, na busca por permanência e possibilidades de voz, para si e para as suas necessidades.

Quando passei no processo de seleção para o mestrado, já tinha dois anos que lecionava no CPS. Então, a turma que destaquei acima, foi com a maior quantidade de discentes negros. Ocorre, coincidentemente, com o adentrar de conhecimento sobre letramento racial e aprofundamento da pesquisa. Essa relação e aprofundamento acadêmico colaboram para a minha percepção de mulher branca e pela série de privilégios que tenho, e se aprofunda com a preocupação com pautas que me atravessavam, tentando apoiar as demandas discentes, e ao mesmo tempo, fazer o acompanhamento, mesmo após finalizarem o curso.

As preocupações se somavam aos enfrentamentos que a pessoa sofria, como pesquisadora no ambiente de pós-graduação, situações que beiravam constante perseguição, a falta de acesso, os questionamentos sobre suas atividades, ainda que, diferentemente de outras pessoas, elas realizassem as entregas. Os atravessamentos sofridos por Kalanchoê, Frésia e Amarilis colaboraram com a minha formação e o meu despertar para o necessário e urgente letramento racial.

Dessa forma, após detalhar as relações ocorridas, foi possível, entrecruzando as experiências, que mesmo tendo consciência e a persistência em manter um posicionamento antirracista, consiste em uma luta contra o privilégio da branquitude. Foi constante e ocorreu em todas as atividades que desenvolvi até aqui, em alguns ambientes que acessei por conta deste privilégio estrutural da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a pesquisa realizada até aqui, inicialmente a percepção era que a primeira autora se sentia silenciada nos ambientes pelos quais passou. Dessa forma, tivemos o propósito de compreender, a partir de uma (auto)etnografia e pelo estudo de trajetórias entrelaçadas, como ocorre o atravessamento, que passamos a conceituar como “atravessamento interseccional”. Consideramos, assim, os conhecimentos, a pesquisa, o contexto teórico e as vivências, partindo dos aprofundamentos dos estudos teóricos sobre privilégio branco (Schucman, 2020), pacto narcísico da branquitude (Cida Bento, 2022) e Interseccionalidade (Akotirene, 2018).

O estudo traz uma característica de interlocução com a segunda autora, que também faz parte de um dos atravessamentos que a primeira autora passa, no retorno ao ambiente acadêmico para o seu pós-doutorado. No entanto, os relatos ocorrem a partir do ponto de vista da primeira autora e da identificação do atravessamento, seja ele social, racial ou de gênero, considerando as particularidades do processo de interseccionalidade. Ainda mais importante, no processo de pesquisa foi possível identificar o quanto o pacto da branquitude (Schucman, 2020; Bento, 2022) garante inúmeros privilégios, em todos os momentos e nos ambientes acadêmicos estudados.

O conceito de "atravessamento interseccional" é extremamente central para a proposta, pois sugere que as experiências moldam nossa trajetória e deixam marcas. Nosso trabalho pretende destacar como muitas dessas experiências foram silenciadas. Assim, o conceito de silenciamento é fundamental para a pesquisa, pois se refere ao ato de calar imposto, seja pelos outros ou por si mesmo. A escuta ativa desempenha um papel crucial na pesquisa, permitindo que as vozes sejam ouvidas e respeitadas, e mais do que isso, ecoadas e amplificadas, de forma a criarem um lugar de pertencimento. Ao criar um ambiente de acolhimento e respeito, busca-se promover a permanência e o pertencimento de pessoas que anteriormente não se sentiam parte, não desenvolviam a pertença (Sampaio, 2010).

No aprofundamento da pesquisa, ocorre a percepção e constatação que o silenciamento não era da primeira autora, ou seja, não eram seus esses silenciamentos. Mesmo com inúmeras dificuldades por conta do atravessamento de classe social, ela consegue diagnosticar que possui inúmeros privilégios de acessar e permanecer em alguns espaços, ainda mais se é estabelecida uma comparação com o acesso e a permanência de pessoas negras, como a que foi feita nesse relato (auto)etnográfico.

Eram, sim, vozes que a atravessavam, que ela percebeu que precisava passar a ecoar, para que fossem amplificadas, até que pudessem ganhar os seus próprios passos e percorrerem os seus próprios caminhos. A possibilidade de estudar foi um encontro com os sentimentos dela e com as percepções de privilégios constantes. Ela adquire, assim, um olhar preocupado com o letramento racial, com absolutamente inúmeras particularidades que a fazem diariamente repensar as suas ações.

Da pesquisa emerge a constatação de não termos aprofundamentos sobre do que se trata o privilégio da branquitude e do próprio letramento racial necessário para que seja possível repensar a nossa posição, para que seja possível o questionamento do privilégio. Também permite perceber que, por meio desse processo, podemos nos tornar agentes capazes de ecoar as vozes, promover o acolhimento e a escuta e, assim, participar ativamente de processos que levem à permanência das pessoas negras no ambiente acadêmico, particularmente na área de educação contábil e na academia contábil.

O pós-doutoramento foi mais um privilégio que a primeira autora obteve nesta vida, de trabalharem juntas, ela e a supervisora, nesta pesquisa. Ainda custa acreditar que tenha sido possível. Conhecer tantas pessoas que a fizeram refletir sobre o privilégio e a possibilidade do processo de aprendizagem e, de forma adicional, sobre os vários conhecimentos que podemos buscar em um processo de construção coletivo. É um mundo novo.

Tudo isso de forma a romper barreiras que impeçam a chegada e trânsito da maioria das pessoas aos locais em que não (se)nos reconhece(ía)mos, ou mesmo, espaços que por não conseguirmos ocupar, ou mesmo dialogar com, ou ainda permanecer em, são considerados espaços de poder. Esses bloqueios precisam ser rompidos pela construção de pontes e a ocupação por todas, todes e todos.

Consideramos, ainda, que ocorreram limitações que impactaram o processo de pesquisa, como a pandemia da Covid-19, pois não estivemos em contato com as pessoas de forma presencial, para aprimorar conhecimentos e aprofundar as trocas. Mas, ao mesmo tempo, nos trouxe possibilidades de participações em congressos internacionais, que passaram a ser organizados de forma online, para se adequar ao contexto do distanciamento social neste período.

Para os estudos futuros, propõe-se um caminhar constante, para que continuemos presentes nestes espaços, questionando os privilégios. Por isso, pedimos licença para todas as pessoas que vieram antes: estamos apenas (re)começando.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, C. (2018). *O que é Interseccionalidade? Feminismos Plurais*. Grupo Letramento.
- Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial.
- Amaral, M.F.S. (2013). O movimento de (des)silenciamento em aula de língua portuguesa na rede estadual. Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. 2013. p. 174.
- Bento, C. (2022). *Pacto da Branquitude*. Companhia das Letras.
- Bento, M. A. S. (2006). Raça e gênero no Mercado de trabalho. In M. I. B. da Rocha (Org.), *Trabalho e gênero*. Editora 34.
- Blay, E. A. (2004). *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. Editora Humanitas.
- Brito, H., & Ornat, M. J. (2021). Posicionalidade: teoria e prática geográfica nas epistemologias Pós-coloniais, Feministas e Queer. 7. *Colóquio Mulher e Sociedade*. 28 a 30 de junho de 2021.
<http://177.101.17.52/jornalismo/ocs/index.php/7coloquiomulheresociedade/7coloquiomulheresociedade/paper/viewFile/312/89>
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8 (1), 607-630.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77315079028>.
- De Jesus, C. M. (2012). Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco. UFRB. <https://www2.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>
- Dourado, J. R. S. (2013). *Índice de sustentabilidade empresarial: uma certificação ou mudança de paradigma? Estudo de caso da BM&FBOVESPA*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Dourado, J. R. S. (2018). *Competências da sustentabilidade na atuação profissional de egressos do Centro Paula Souza - Um estudo de caso*. 181 f. Tese (Doutorado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Evaristo, C. (2017). Poemas da recordação e outros movimentos. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê.
- Evaristo, C. (2020). A escrevivência e seus subtextos. In C. L. Duarte & I. R. Nunes (Eds.), *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* (pp. 26-46). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

- Frankenberg, R. (2004). *A miragem de uma branquidade não marcada*. Garamond.
- Frankenberg, R. (1993). *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. University Avenue Southeast, Minneapolis, MN 55455–3092.
- Geledés – Portal (2011). (s.d.). LEIS 10639/03 e 11645/08 NO IFRJ – RELATÓRIO. <https://www.geledes.org.br/leis-1063903-e-1164508-no-ifrj-relatorio>.
- Haynes, K. (2006). Linking narrative and identity construction: using autobiography in accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, 17(4), 399–418. 10.1016/j.cpa.2004.08.005.
- Houaiss, Dicionário. Significado de atravessamento. https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#0.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *História*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carmo-da-mata/historico>.
- Lima, J. P. R. de, Carmo, L. M. do, & Casa Nova, S. P. de C. (2020). “As aves, que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá?”: uma autoetnografia na pandemia a partir de um triálogo entre sul e norte no olhar do sul. In Anais. São Paulo: EAC/FEA/USP. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/3037.pdf>
- Lionnet, F. (1991). Autobiographical voices: race, gender, self-portraiture. In R. G. Adams, T. E. Ellis, & C. Jones (Eds.), *Handbook of autoethnography* (pp. 736). Left Coast Press.
- Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo*. Pólen Produção Editorial.
- Nóbrega-Therrien, S. M., de Oliveira Menezes, E. A., & Therrien, J. (2015). A reflexividade como busca de sentidos e significados: contribuição na formação dos saberes docentes. *Educação em foco*, 18(25), 171-199.
- Pinheiro, B. C. S. (2023). *Como ser um educador antirracista*. Editora Planeta.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial Ltda.
- Sampaio, S. M. (2010). A Psicologia na educação superior: ausências e percalços. *Em Aberto*, 23(83).
- Santos, S. M. A. (2017). O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural - Revista de Ciências Sociais*, 24(1), 214-241.
- Schucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*. Editora Veneta.
- Silva, W. A. (2015). Foucault e indigência—as formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 6(3), 111-128. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/24016/14346>.



- Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política, 17*(39), 203-219.
- UNEafro. (2023). União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora. História. Disponível em <https://uneafrobrasil.org/historia/>
- Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e sociedade, 25*, 535-549.
- York, S. W., Oliveira, M. R. G., & Benevides, B. (2020). Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas, 28*(3), e75614. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>